

Data-base: pauta unificada em debate

A Assembleia da Adusp realizada em 22/3 discutiu a pré-pauta unificada e indicou algumas alterações, que foram apresentadas em reunião do Fórum das Seis, ocorrida na 6ª feira, 25/3 (o texto original e as modificações propostas pela Adusp podem ser encontradas em www.adusp.org.br). O Fórum apreciou as deliberações das assembleias das entida-

des e elaborou nova proposta indicativa de Pauta Unificada. No que se refere a salários, propõe que a reivindicação salarial seja composta de duas partes: a primeira delas visa a recompor o poder aquisitivo de maio de 2010 e recuperar parte das perdas históricas das categorias envolvidas; a segunda reivindica o pagamento de reajuste de 6% aos funcionários técnico-ad-

ministrativos, como forma de restabelecer a isonomia salarial entre as categorias que compõem o Fórum, rompida na data-base do ano passado.

Não houve consenso sobre qual índice deveríamos reivindicar na primeira parte e, por esse motivo, decidiu-se propor a discussão, na nova rodada de assembleias, das duas propostas apresentadas: 11% e 15%. A divergên-

cia se deve a diferentes avaliações, no interior do Fórum, quanto às possibilidades de recuperação de parte das perdas históricas: a primeira prevê recuperar cerca de 5% dessas perdas, enquanto a segunda pretende uma recuperação de 10% (ambas avaliam a inflação do período de maio/2010 a abril/2011 em cerca de 6%).

A íntegra da proposta indi-

cativa de Pauta Unificada pode ser obtida em www.adusp.org.br e contempla questões como financiamento, permanência estudantil e gratuidade ativa e Hospitais Universitários. Além disso, o Fórum incluiu pautas específicas de cada uma das universidades na pauta unificada, a serem negociadas entre o Fórum e cada um dos reitores.

Assembleia Geral da Adusp
5 de abril, 3ª feira, 17h, Auditório Jacy Monteiro (IME)
Pauta: Campanha Salarial e Ação do Gatilho

Ação do Gatilho: à espera do acordo

A proposta aprovada na Assembleia da Adusp de 3/3 foi encaminhada imediatamente à Reitoria para um posicionamento. Nessa proposta solicitávamos o pagamento da parte incontroversa da ação, por meio de acordo e sem deságio, deixando a parte do diferencial de carreira de dezembro de 1987 para a parte controversa. Essa proposta foi motivada por e-mail do reitor (de 28/2) que indicava certas condições relativas às dívidas da universidade, para um possível pagamento, por precatório adiantado, e sem o deságio de 6,5%.

A Assembleia, preocupada com a incerteza quanto ao processo de emissão de precatório, propôs que fosse feito um acordo para pagamento imediato, sem precatório e sem deságio, tão logo fossem

cumpridas as condições elencadas na mensagem do reitor.

Em negociação entre Reitoria e Adusp, em 18/3, o vice-reitor, professor Helio Nogueira, abriu a reunião salientando o interesse da USP em pagar, o mais rapidamente possível, a parte incontroversa da sentença. Ele afirmou que a Consultoria Jurídica da USP apontava dificuldades e relutava em aceitar certas formulações discutidas nas reuniões de negociação. Em suas próprias palavras, o que, a princípio, parece razoável para ele, nem sempre tem o aval dos membros do jurídico da universidade.

Reunião em 31/3

Nesse sentido, para avançar efetivamente rumo a uma petição conjunta ao juiz, propôs uma reunião entre os advogados das partes para a redação

de um acordo a ser encaminhado à justiça. Três alternativas de petição seriam consideradas: acordo sem precatório e sem deságio (proposta da Adusp); acordo com deságio de 6,5% (proposta da Reitoria de dezembro/2010); e acordo com precatório e sem deságio. A reunião entre os advogados já foi marcada e será no dia 31/3. Qualquer que seja o resultado dessa reunião teremos nova negociação com o vice-reitor para decidir os próximos passos.

Além disso, em 16/3 ocorreu reunião técnica entre Adusp e Reitoria, na qual a Adusp apresentou exemplos de cálculos da dívida referente a indenizações recebidas pelos beneficiários em 1987, efetuados conforme critérios estabelecidos conjuntamente. Nova reunião técnica para

tratar das indenizações acontecerá em 28/3. Importante lembrar que o cálculo do principal já está acordado, exceto no aspecto referente à diferença de carreira em dezembro de 1987, conforme já relatado.

O vice-reitor, na reunião de 18/3, informou ainda que a USP está adiantando todos os pagamentos de dívidas e foi enfático ao reafirmar que desejam uma solução até o fim de março, ou no máximo começo de abril. Nós também!

Audiência pública na Alesp: p. 2



Audiência pública sobre demissões lota auditório

“**Ô** Reitoria, que papelão! Lá na USP é processo e demissão!”: gritos de guerra como estes, cantados por estudantes e funcionários, deram a tônica da audiência pública sobre as demissões de cerca de 270 funcionários e a crise na USP, realizada na tarde de 24/3 na Assembléia Legislativa (Alesp), por iniciativa do deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL).

Depuseram na audiência representantes do Sintusp, DCE, Adusp, Núcleo de Consciência Negra (NCN) e dos funcionários demitidos pela Reitoria, além do professor Chico de Oliveira (FFLCH) e uma ex-aluna da EACH. Diversos deputados do PT e um do PDT compareceram ao auditório Franco Montoro e expressaram sua solidariedade aos manifestantes.

Embora convidado, o reitor Grandino Rodas não compareceu à audiência. A Reito-

ria foi representada, pelo professor Wanderley Messias, coordenador de relações institucionais da USP, que compôs a mesa. Messias ouviu todos os oradores, contudo retirou-se após alteração com dois manifestantes que se aproximaram dele.

A ameaça de extinção do curso de Obstetrícia e de redução de 330 vagas nos cursos da USP Leste fizeram com que grande parte dos estudantes presentes fosse da EACH.

Compra de imóveis

Giannazi abriu a audiência afirmando perplexidade em relação aos últimos atos do reitor. Após destacar a ameaça de expulsão de 24 estudantes (julgados com base em regimento disciplinar de 1971), leu documentos oficiais da Reitoria relacionados à compra, pela USP, de imóveis na Rua da Consolação (por R\$ 7,425 milhões), na Avenida Paulista (R\$ 6,630

milhões) e no Centro Empresarial de Santo Amaro (espaços e garagens, num total de R\$ 23,827 milhões).

O deputado lamentou a ausência do reitor, mas apontou a importância da manifestação da comunidade: “Essa audiência pública já é uma vitória, pois é muito difícil conseguirmos mobilizar o governo de São Paulo para questões educacionais”.

Chico de Oliveira lembrou que antes de José Serra só outro governador, Paulo Maluf, optara por escolher, para reitor, um nome que não fosse o primeiro da lista tríplice saída do colégio eleitoral: “Se eles prestassem mais atenção, não cometeriam tal despautério. Os problemas da USP se devem a uma estrutura anacrônica, quase ditatorial”. E propôs: “Vamos rodar o Rodas”.

“Filhote do Gama”

Magno Carvalho, diretor do Sintusp, considera que a USP

está se rendendo a interesses privados: “Quase 1.800 funcionários foram transferidos do campus. Mandá-los da universidade para o centro empresarial da zona sul de São Paulo é ilustrativo do que há na cabeça desse sujeito”.

Thiago Aguiar, diretor do DCE-USP, destacou a questão da ameaça de redução de vagas nos cursos da EACH: “Rodas diz que tem que diminuir vagas para poder aumentar a relação candidato/vaga a fim de melhorar a qualidade dos alunos da Universidade. Ou seja, os alunos da EACH são de baixa qualidade, é isso que está afirmando”.

O professor João Zanetic também se pronunciou sobre a EACH: “Os cursos da USP Leste deveriam atender à demanda da zona leste”. Sobre o reitor, o presidente da Adusp declarou: “Rodas não conhece a USP. Ele é um filhote do Gama e Silva” (em referência ao reitor que se

tornou ministro da Justiça da Ditadura Militar).

“Afronta”

Zelma Marinho, representante dos funcionários aposentados demitidos em janeiro, contou que após diversas tentativas um grupo foi recebido por Rodas. Ela relatou as declarações irônicas de Rodas aos funcionários: “Não se preocupe, nós oferecemos assistência psicológica” e “colocaremos [você] de volta no mercado de trabalho”. Nesse momento, o representante do reitor deixou o auditório sob vaias.

“A atitude do representante da Reitoria de sair intempestivamente, sem chegar a dizer nada, é uma afronta ao legislativo e aos setores da universidade presentes”, declarou ao *Informativo Adusp* o professor Adrian Fanjul (FFLCH), presente à audiência. “Ele fez um papelão”.

Adusp Ribeirão Preto promove palestra e debate sobre demissões

“Os desligados da USP”: este é o tema de palestra que a professora Lisete Arelaro, diretora da Faculdade de Educação, vai proferir no dia 7/4, quinta-feira, às 19 horas, no Anfiteatro Lucien Lison da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a convite da Adusp Regional Ribeirão Preto.

Toda a comunidade do campus está chamada a comparecer e participar do debate. Dezenas de funcionários do campus Ribeirão Preto foram demitidos em janeiro de 2011, por decisão arbitrária da Reitoria.

Planos Verão e Collor 2: ainda é possível acionar os bancos

A Adusp promoveu junto aos bancos diversos protestos interruptivos de prescrição para que o associado, que eventualmente tenha perdido o prazo para ingressar com ação judicial relativa aos planos econômicos Verão e Collor 2, possa se aproveitar dessa iniciativa e ainda ajuizar as respectivas ações judiciais. Vale lembrar que as ações judiciais promovidas contra os bancos destinam-se a reaver as diferenças de correção monetária aplicadas nos saldos de caderneta de poupança.

A lei que criou o Plano Verão, instituído em janeiro de 1989, determinava que os saldos das cadernetas de poupança, em fevereiro de 1989, fossem atualizados com base no rendimento

acumulado das Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e não mais pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor). Porém, os bancos não creditaram a diferença devida no percentual de 20,46% nas cadernetas de poupança com aniversário entre 1º e 15, no mês de fevereiro de 1989.

Nesse caso, o associado da Adusp que possuía caderneta de poupança com aniversário entre 1º e 15 de janeiro de 1989 e que manteve saldo na conta até a remuneração do mês seguinte, ou seja, fevereiro de 1989, pode ainda se valer dessa medida para ingressar com a respectiva ação judicial.

Collor 2

Já no caso do Plano Col-

lor 2, para os poupadores que tinham caderneta entre janeiro e fevereiro de 1991, a ação judicial ainda é cabível ao associado da Adusp que se valer do protesto interruptivo de prescrição. Em janeiro de 1991, os saldos da poupança deveriam ter sido corrigidos pela inflação, medida pelo IPC, que na época estava em 21,87%. Como os preços estavam disparando, o governo decidiu aplicar uma correção menor, na tentativa de conter a inflação. A correção foi somente de 7%, restando uma diferença de 14,87%, além dos juros da poupança, de 0,5% ao mês e os moratórios de 1%.

Da mesma forma, a Adusp promoveu protesto interruptivo de prescrição junto ao en-

tão Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Ipesp) para que seja possível ainda requerer a devolução da contribuição previdenciária de quem estava aposentado ou era pensionista entre 1998 e 2003, período em que a contribuição previdenciária dessas categorias não era obrigatória, embora tenha sido recolhida pela USP e repassada ao Ipesp — condição essa que foi alterada pela edição da Emenda Constitucional 41/03.

Os associados podem obter cópia do processo interruptivo para se valer dessas medidas, ou buscar informações complementares sobre como proceder a respeito, entrando em contato com a assessoria jurídica da Adusp.

Após reação de professores, Esalq refaz eleição

Reunida em 23/3, a Congregação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) deliberou que haverá novo pleito eleitoral para constituição de nova lista tríplice para o cargo de Vice-Diretor da unidade. Assim, foi anulada a eleição realizada no dia 15/3, que resultou em uma lista tríplice encabeçada pela professora Maria Lúcia Carneiro Vieira, atual chefe do Departamento de Genética.

A decisão de refazer o pleito resultou da forte reação de alguns docentes à tentativa de conluio ocorrida na primeira eleição e por eles denunciada. Teria havido ingerência do diretor da unidade, professor José Vicente Caixeta Filho, em favor da candidata Maria Lúcia, na forma de uma “sugestão” feita a membros da Congregação para que votassem em determinados nomes em ordem pré-estabelecida.

Membros da Congregação receberam da professora Maria Lúcia, antes da eleição, uma mensagem eletrônica em que ela sugeria que votassem, em cada escrutínio, em nomes previamente designados. Na mesma mensagem, a candidata declara que tal su-

gestão partiu de “conversa” com o diretor da unidade:

“Caros colegas, Em conversa com o Prof. Caixeta, entendemos que poderíamos sugerir a Vocês que a votação para eleição da lista tríplice para Vice-Diretor seja realizada da seguinte forma: 1º escrutínio: votação em um único nome, no caso, Maria Lúcia. Caso se atinja a maioria já no 1º escrutínio, a seguir, os nomes a serem votados nesta ordem, seriam o do Prof. Folegatti e, depois, o da Profa. Beatriz Appezzato. Esta é apenas uma sugestão, por favor, em nenhum momento cogitamos intervir no direito de livre escolha de cada um de Vocês.

Abraço e, desde já, obrigada, Maria Lúcia”

Violações éticas

O professor Márcio Lambais, um dos destinatários do e-mail enviado pela candidata, considera o fato gravíssimo: “Essa mensagem, pelo meu entendimento, muito embora com uma ressalva de não querer ‘intervir no direito de livre escolha’, é uma clara declaração de desrespeito ao processo democrático de escolha de nossos dirigentes e infringe o Cód-

igo de Ética de nossa Universidade”.

O comentário consta de mensagem que Lambais enviou aos docentes da Esalq, incluído o ouvidor do campus, e ao reitor da USP, questionando a ingerência no processo eleitoral. Para ele, a atitude da professora Maria Lúcia e do diretor da Esalq violou os artigos 3º e 9º do Código de Ética.

Assim, a declaração explícita das preferências do diretor, ao sugerir os nomes que viriam a compor a lista tríplice, a qual “supostamente só deve ser definida após votação por colégio eleitoral constituído”, infringiria o parágrafo I do artigo 3º; ao passo que o fato de “não incentivar o respeito à verdade, já que arquiteta o resultado da eleição e insinua que a função do colégio eleitoral é uma farsa” atentaria contra o parágrafo V do mesmo artigo.

Já o desrespeito aos membros do colégio eleitoral “que foram ao pleito escolher seus candidatos sem saber do conluio para eleger determinadas pessoas”, bem como a tentativa de constranger subordinados a desobedecer ou contrariar um princípio contido no Código de Ética (a liberdade de expressão), constituiria infra-

ção aos parágrafos I e V do artigo 9º.

Ingerência

O professor Caetano Rípoli foi outro que rejeitou a “sugestão” da candidata: “Tenho pela professora Maria Lucia, como colega e como profissional, elevado grau de respeito e consideração. É uma profissional rara nos dias de hoje por sua dedicação às questões da graduação na Esalq. Mais por isso me causou espécie a sugestão, além de eu não absolvê-la pela imprópria iniciativa”.

“Todavia, classifico a ‘sugestão’ como uma ingênua interferência indevida (e posso até estar sendo ingênuo nessa classificação) e tentativa de engessamento do processo eleitoral”, prossegue. “Qualquer atitude que tenda a modificar a tênue linha democrática na USP ou fora dela me incomoda! Apostaria que, neste momento, a professora Maria Lucia deve estar se lamentando profundamente”.

O professor Demóstenes Ferreira da Silva Filho, diretor da Adusp, critica duramente o ocorrido: “Então vamos mudar o Estatuto, o diretor escolhe quem ele quiser. Isso é totalmente antidemocrático.

Não dá para ficar quieto. É uma violação do Estatuto”.

Sem respostas

Informativo Adusp enviou ao diretor da Esalq quatro perguntas sobre o episódio. Recebemos, em resposta, mensagem enviada por Carmen Pilotto, assistente de direção, dando conta da decisão da Congregação em 23/3. “O novo processo eleitoral não tem calendário definido mas deverá ocorrer com a maior brevidade possível”, informa a mensagem. Por fim, acrescenta que o professor Caixeta “também sugere” a leitura dos “seguintes documentos”: o noticiário sobre sua posse e o seu discurso de posse.

Ficaram sem resposta, portanto, as seguintes questões: “O sr. confirma a conversa citada pela professora Maria Lúcia?”, “Em outras palavras, essa sugestão feita pela professora a alguns colegas partiu do sr. ou teve o seu endosso?”, “O sr. considera ético e adequado seu procedimento, como Diretor da unidade?”.

Nossa reportagem telefonou várias vezes para o departamento da professora Maria Lúcia mas conseguiu encontrá-la.

Calourada do Núcleo de Consciência Negra

O Núcleo de Consciência Negra (NCN) promoveu em 23/3 a Calourada do NCN, compreendendo uma oficina de fanzine sobre o tema “Acesso à universidade” e mesa redonda com o tema “Ações afirmativas na USP”, da qual participaram o professor Emerson Inácio, da FFLCH, o professor João Zanetic, presidente da Adusp, Marcelo Pablito, da diretoria do Sintusp, José Quibao Neto, da diretoria do DCE-Livre da USP, Douglas Belchior, da diretoria da Unea-

fro, Maria José Menezes, da coordenação do NCN (foto) e o cartunista político carioca Carlos Latuff. A pró-reitora de graduação, Telma Zorn, disse que não tinha agenda para participar do evento.

As atividades ocorreram no Barracão 3, ameaçado de demolição, que abrigou também uma festa de encerramento. As falas dos debatedores, e de inúmeras pessoas presentes, centraram-se na ausência de ações afirmativas efetivas e na baixa presença da população

negra na USP, entre docentes e estudantes. O Programa de Inclusão Social (Inclusp), criado em 2006, recebeu inúmeras críticas, pois não conseguiu implementar um significativo ingresso tanto de estudantes da escola pública, quanto de representantes da população negra.

O professor Emerson, que antes de ingressar na USP lecionou em escola pública no Rio de Janeiro, disse que os alunos que frequentavam as aulas na 4ª série do ensino fun-



Daniel Garcia

damental “desapareciam” na 8ª série. Roberta, uma estudante negra da Faculdade de Direito da PUC, disse sentir-se estrangeira na sua terra, no que foi secundada por outros participantes que disseram se

sentir estrangeiros no campus da USP. Muitos outros relatos e denúncias semelhantes escancararam o crime que a administração da USP cometerá caso concretize a expulsão do NCN de sua sede.

No Sarau, aceso debate sobre a EACH

Daniel Garcia

O tema parecia tranqüilo: “A USP na parte leste da cidade de São Paulo: desafios da expansão do ensino superior”. Porém, na edição de 18/3 o Sarau da Adusp cumpriu mais uma vez seu propósito de estimular intensos debates sobre questões relevantes. As diferentes facetas do polêmico projeto da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) foram objeto da avaliação não só dos debatedores convidados, professores Luiz Menna-Barreto e Graziela Perosa (ambos daquela unidade), mas de praticamente todo o grupo de docentes que compareceu ao Sarau.

Coincidentemente, dias antes do Sarau a direção da EACH enviou aos docentes o parecer de uma comissão por ela criada com vistas ao estudo das “Potencialidades, Revisão e Remanejamento de Vagas nos Cursos de Graduação” da unidade. O parecer, que propõe redução das turmas, gerou indignação e provocou uma paralisação dos estudantes da EACH, na mesma data em que se realizou o

Sarau (vide texto nesta página). Desse modo, a existência do documento e sua repercussão tornaram o debate ainda mais atual.

O curso de Obstetrícia foi um dos principais tópicos do Sarau. Para Menna, ele “vem sendo dirigido de maneira errática”. No seu entender, houve uma “comédia de equívocos”, pois a Reitoria, depois de insistir em apresentar o curso, erroneamente, como de mera formação de parteiras, terminou por se render às pressões dos conselhos federal e regional de enfermagem e “mandou adequar a grade” de disciplinas. Graziela, por sua vez, considera que a USP pecou por irresponsabilidade ao não defender o curso: “A universidade dá os cursos e agora vira as costas”.

Cenário de debate

A professora Lisete Arelaro, diretora da Faculdade de Educação, indagou sobre a pertinência de um dos eixos fundadores do projeto da EACH: a inexistência de uma estrutura departamental. “O projeto

continua no discurso. A prática deixa a desejar. Os eixos fundadores estão amortecidos”, respondeu o professor Menna. “Filhote da USP ‘uspinho’ é. Muita gente continua com a cabeça departamental”. Para ele, os cursos transformaram-se em guetos.

“Os cursos acabam funcionando como departamentos. Predominam essas estruturas mentais, que passam toda a universidade”, reforçou a professora Graziela, destacando, porém, a existência de exceções. O próprio Menna ponderou: “Mas o cenário é de debate. É melhor do que aqui [campus do Butantã], que não tem debate”. Ainda na sua opinião, “as comissões de pesquisa e extensão são o cenário mais adequado para superar a estrutura departamental”.

No Sarau, foi lembrado o fato de que, embora os dirigentes da USP tenham, à época,



Tema atraiu docentes de diferentes unidades

se recusado a alterar o Estatuto para que a EACH pudesse acomodar cursos idênticos aos já existentes na mesma cidade, não se furtaram, depois, a alterar o Estatuto para que a nova unidade pudesse existir sem departamentos!

“Forceps”

Descartaram, igualmente, tanto a possibilidade de situar o campus em Guarulhos, para evitar a mencionada restrição estatutária, como a de criar cursos combinados vol-

tados para a licenciatura (por exemplo, de Química e Física), mais adequados às condições da população da zona leste da cidade.

“Faltou parteira na USP Leste, ela nasceu a forceps, infelizmente”, brincou o professor Otaviano Helene, do Instituto de Física. “Pode ter nascido torta, mas isso não quer dizer que está condenada a ser sempre”, contestou a professora Graziela, fazendo uma analogia com o “anjo safado” da canção de Chico Buarque.

Relatório do “GT Melfi” gera rebelião discente

A divulgação do relatório final do “Grupo de Trabalho para Estudo das Potencialidades, Revisão e Remanejamento de Vagas nos Cursos de Graduação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP”, criado pelo diretor Jorge Boueri em 17/6/2010 (Portaria EACH 26/10), provocou uma rebelião dos estudantes da unidade. Desde então, ocorreu uma paralisação no campus leste; um protesto das alunas de Obstetrícia diante da Reitoria; e o forte comparecimento discente da EACH na audiência pública realizada em 24/3 na Assembléia Legislativa.

O principal motivo da mobi-

lização é bastante claro: o relatório do “GT Melfi”, assim chamado porque o ex-reitor Adolpho Melfi lidera o grupo, propõe a extinção do curso de Obstetrícia, diante das dificuldades enfrentadas por ele (em especial a oposição do Conselho Federal de Enfermagem): “O GT considera que a melhor solução, tanto para a EACH, como para preservar os interesses dos alunos, seria a transferência do curso (vagas) para a Escola de Enfermagem, permanecendo na EACH o ensino da enfermagem obstétrica, que seria ministrado pelos docentes da EACH e oferecido, igualmente, a todos os

alunos da enfermagem”.

Além disso, o relatório defende um corte generalizado nas vagas hoje oferecidas pelos dez cursos da unidade: “o GT sugere uma redução geral de 10 vagas para todos os cursos, que passariam a funcionar com 50 vagas”, o que “teria um efeito imediato no aumento da relação candidato-vaga, já que a procura por alguns dos cursos da EACH é bastante reduzida (...) de modo geral, teríamos um aumento na nota de corte e, certamente, uma elevação na qualidade dos alunos ingressantes, algo desejado por toda a Universidade”.

Docente do ICB recebe pena de suspensão por um dia

Ao final de processo disciplinar instaurado em 18/6/2010 no Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) por recomendação da Consultoria Jurídica (CJ), o professor associado Esem Cerqueira recebeu pena de suspensão por um dia, conforme decisão do diretor da unidade, professor Rui Curi.

Perseguido no ICB por denunciar ao Ministério Público Estadual irregularidades existentes na unidade (vide *Revista Adusp* 49), Cerqueira foi acusado de “conduta

incompatível com os deveres funcionais” e “infração disciplinar de natureza grave”, relacionados à publicação de reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* (“Instituto da USP guarda corpos em baldes”, 10/5).

O departamento jurídico da Adusp, que defende o docente, recorreu contra a medida. Apesar de simbólica, muito inferior à pena máxima ameaçada (90 dias), a punição é inadmissível: supõe faltas que o professor Cerqueira não cometeu.